



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

## PODER LEGISLATIVO

Nº 067 CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 19 DE JUNHO DE 2007 ANO XXXII

### Mesa Executiva

<b>NELSON JUSTUS</b> Presidente - Democratas		
<b>ANTONIO ANIBELLI</b> 1º Vice-Presidente - PMDB	<b>AUGUSTINHO ZUCCHI</b> 2º Vice-Presidente - PDT	<b>FELIPE LUCAS</b> 3º Vice-Presidente - PPS
<b>ALEXANDRE CURI</b> 1º Secretário - PMDB	<b>LUCIANA RAFAGNIN</b> 2ª Secretária - PT	<b>LUIZ ACCORSI</b> 3º Secretário - PSDB
<b>CIDA BORGHETTI</b> 4ª Secretária - PP	<b>CHICO NOROESTE</b> 5º Secretário - PL	
<b>ABIB MIGUEL</b> Diretor Geral		

### Lideranças

Líder do Governo .....	Luiz Claudio Romanelli
Líder da Oposição .....	Valdir Rossoni
PMDB .....	Waldyr Pugliesi
PSDB .....	Ademar Traiano
Democratas .....	Plauto Miró
PT .....	Elton Welter
PP .....	Duílio Genari
PDT .....	Luiz Carlos Martins
PTB .....	Fábio Camargo
Bloco PPS/PMN .....	Marcelo Rangel
Bloco PSB/PL/PRB/PV .....	Reni Pereira

### Representação Partidária

**PMDB** - 17: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Beti Pavin - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Geraldo Cartário - Luiz Claudio Romanelli - Luiz Eduardo Cheida - Mamede - Mauro Moraes - Nereu Moura - Stephanes Júnior - Teruo Kato - Waldyr Pugliesi; **PSDB** - 07: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Luiz Accorsi - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Rui Hara - Valdir Rossoni; **PT** - 06: Elton Welter - Luciana Rafagnin - Pedro Ivo - Péricles de Mello - Professor Luizão - Tadeu Veneri; **Democratas** - 05: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Osmar Bertoldi - Plauto Miró; **PP** - 04: Antonio Belinati - Cida Borghetti - Duílio Genari - Ney Leprevost; **PDT** - 03: Augustinho Zucchi - Edgar Bueno - Luiz Carlos Martins; **PPS** - 03: Douglas Fabrício - Felipe Lucas - Marcelo Rangel; **PTB** - 03: Carlos Simões - Fábio Camargo - Jocelito Canto; **PSB** - 02: Reni Pereira - Ribas Carli Filho; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk; **PMN** - 01: Dr. Batista; **PV** - 01: Rosane Ferreira

## SUMÁRIO

### **DIÁRIO Nº 067**

### **62ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **SUMÁRIO**

**Mesa Executiva ..... 02**

**Presenças ..... 02**

**Abertura da Sessão ..... 03**

#### **Expediente:**

Indicações ..... 03

Requerimentos ..... 04

Projetos de Lei ..... 07

#### **Pequeno Expediente:**

Dep. Antonio Belinati ..... 08

Dep. Tadeu Veneri ..... 08

#### **Grande Expediente:**

Dep. Tadeu Veneri ..... 09

Sra. Marisa Stedile - Presidente  
do Sindicato dos Bancários ..... 09

Interlocutores  
Dep. Tadeu Veneri ..... 11

Dep. Jocelito Canto ..... 12

#### **Horário das Lideranças:**

Liderança do PT

Dep. Pedro Ivo ..... 13

#### **Ordem do Dia:**

Leitura do Expediente ..... 14

Discussão/Votação

Redação Final ..... 14

3ª Discussão ..... 15

2ª Discussão ..... 15

1ª Discussão ..... 15

Requerimentos ..... 22

#### **Encerramento da Sessão ..... 23**

#### **Publicações:**

Comissão Executiva

Atos ..... 24

Atas de Comissões

Obras Públicas, Transportes e

Comunicação ..... 24

Direitos Humanos e Cidadania .. 24

### **DIÁRIO Nº 067**

### **62ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA**

#### **16ª LEGISLATURA**

#### **ATA DA 62ª SESSÃO ORDINÁRIA**

#### **REALIZADA EM**

**19 DE JUNHO DE 2007**

(terça-feira)

#### **Mesa Executiva:**

Presidência do Sr. Deputado Nelson Justus, secretariado pelas Sras. Deputadas Cida Borghetti e Luciana Rafagnin.

#### **Presenças:**

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Nelson Justus, Antonio Anibelli, Augustinho Zucchi, Felipe Lucas, Alexandre Curi, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Ademar Traiano, Antonio Belinati, Artagão Júnior, Beti Pavin, Carlos Simões, Dobrandino da Silva, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Duílio Genari, Durval Amaral, Edgar Bueno, Edson Strapasson, Elio Rusch, Francisco Bühner, Jocelito Canto, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Nishimori, Miltinho Pupio, Marcelo Rangel, Mauro Moraes, Nereu Moura, Ney Leprevost, Osmar Bertoldi, Pastor Edson Praczyk, Pedro Ivo, Péricles de Mello, Plauto Miró, Professor Luizão, Reni Pereira, Ribas Carli Filho, Rosane Ferreira, Stephanes Júnior, Tadeu Veneri, Teruo Kato, Valdir Rossoni e Waldyr Pugliesi (46).

Ausentes os Srs. Deputados: Cleiton Kielse, Mamede e Rui Hara (03).

Ausentes com justificativas os Srs. Deputados: Caíto Quintana, Elton Welter, Fábio Camargo, Geraldo Cartário e Luiz Eduardo Cheida (05).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

### ***Abertura da Sessão:***

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

A SRA. 2ª SECRETÁRIA

Procede à leitura do seguinte

### ***Expediente:***

#### ***Indicações***

INDICAÇÃO Nº 166/07

SÚMULA:

Solicita a dragagem ao porto de Antonina.

Ao Exmo. Sr. Eduardo Requião de Mello e Silva, Superintendente da APPA.

O Deputado Edson Strapasson dirige-se ao Sr. Secretário, para reivindicar o seguinte:

1) Que seja realizada a dragagem ao porto de Antonina.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação justifica-se na necessidade urgente dragagem emergencial ao porto de Antonina. Sem esta ação, a bacia de evolução e canal de acesso à Ponta do Félix ao terminal, por falta de calado, estará entrando em colapso em curtíssimo tempo. Caso ocorra a paralisação das atividades portuárias por falta da dragagem, mais de 1.300 famílias que dependem única e exclusivamente deste terminal portuário ficarão absolutamente sem nenhuma perspectiva de vida. Além destes, outros sofrerão, como o comércio local e prestação de serviços, já que 80% da população antoniense dependem de alguma forma da área portuária.

Sala das Sessões, em 19.06.07.

(a) EDSON STRAPASSON

INDICAÇÃO Nº 167/07

SÚMULA:

Solicita que seja nominada a rodovia estadual localizada no município de Reserva do Iguaçu, que liga a Vila da COPEL à sua sede, como Rodovia Sinval Martins Araújo.

Ao Exmo. Sr. Rogério Walbach Tizzot - Secretário Estadual dos Transportes.

O Deputado Ney Leprevost dirige-se ao Sr. Secretário, para solicitar o seguinte:

1) Seja denominada, a rodovia estadual localizada no município de Reserva do Iguaçu, que liga a Vila da COPEL à sua sede, como Rodovia Sinval Martins Araújo.

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação se faz tendo em vista o currículo do homenageado, que além de advogado brilhante, foi Prefeito Municipal de Clevelândia (por 2 mandatos consecutivos, de 1951-1959) e Deputado Estadual do Paraná nas legislaturas 1963-1966 e 1967-1970, tendo ocupado ainda diversos cargos públicos relevantes, tendo falecido em 16 de janeiro de 1984.

Por todos esse histórico de serviços prestados ao Paraná, justa a homenagem proposta ao grande paranaense que foi Sinval Martins Araújo, cuja memória poderá ser perpetuada com a denominação do logradouro público ora proposto.

Sala das Sessões, em 25.04.07.

(a) NEY LEPREVOST

INDICAÇÃO Nº 168/07

SÚMULA:

Solicita obras de continuidade da chamada Estrada Boiadeira, para interligar o distrito de Porto Camargo ao município de Cruzeiro do Oeste.

Ao Exmo. Sr. Secretário de Estado dos Transportes, o Sr. Dr. Rogério Tizzot.

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se ao Sr. Secretário dos Transportes, o engenheiro Rogério Tizzot, para solicitar o seguinte:

O Deputado subscritor do presente, solicito à Mesa Diretora da Casa, o envio de cópia do requerimento de autoria do Vereador Manoel Timóteo de Almeida, da Câmara Municipal de Icaraíma, reivindicando obras de continuidade da chamada Estrada Boiadeira, para interligar o distrito de Ponta Camargo ao município de Cruzeiro do Oeste, numa distância de 63 quilômetros.

JUSTIFICATIVA:

O requerimento do Vereador Manoel Timóteo de Almeida mereceu o apoio de todos os seus companheiros e foi deferido pelo Presidente daquele Poder, o Vereador Marcos Alex de Oliveira.

Importante é a constatação por parte do Vereador-proponente salientando a importância da continuação da Estrada Boiadeira para atingir o distrito de Porto Camargo nas margens do rio Paraná, enfatizando a existência do maior complexo de pontes sobre água doce em toda a América Latina.

Além disso, o Porto Camargo é uma das portas paranaenses de acesso ao estado de Mato Grosso do Sul, por onde adentramos para atingir Mato Grosso e Rondonia, grandes produtores de grãos do país.

Sala das Sessões, em 19.06.07.

(a) LUIZ ACCORSI

## INDICAÇÃO Nº 169/07

## SÚMULA:

Solicita implantação de poço artesiano para atender moradores da Vila Rural Primavera, no município de Icaraíma.

Aos Exmos. Srs. Presidentes Rafael Greca de Macedo, da COHAPAR e Stênio Jacob, da SANEPAR.

O Deputado Luiz Accorsi dirige-se aos Srs. Rafael Greca de Macedo, Presidente da COHAPAR e Stênio Jacob, Presidente da SANEPAR, para solicitar o seguinte:

O Deputado subscritor do presente solicita à Mesa Diretora da Casa, o encaminhamento de cópias do documento anexo aos órgãos nominados na súmula, solicitando providências para o seu atendimento que consiste na implantação de poço artesiano para atender os moradores da Vila Rural Primavera, no município de Icaraíma.

## JUSTIFICATIVA:

A reivindicação objeto da presente indicação é fruto de reivindicação do Vereador Manoel Timóteo de Almeida, membro da Câmara Municipal de Icaraíma presidida por Marcos Alex de Oliveira e referendada por todos os seus integrantes.

A solicitação objeto do requerimento da Câmara de Vereadores de Icaraíma é acompanhada de baixo-assinado firmado por dezenas de moradores da Vila Rural Primavera.

À COHAPAR e à SANEPAR, entidade solicitadas para o atendimento ao pleito em questão, registro a minha convicção da costumeira atenção.

Sala das Sessões, em 19.06.07.

(a) LUIZ ACCORSI

## Requerimentos

## REQUERIMENTO Nº 1749

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, nos termos do artigo 181 do Regimento Interno, regime de urgência ao Projeto de Lei nº 421/07, oriundo da Mensagem nº 019/07, que estabelece normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná, observando os preceitos constitucionais específicos e normas gerais sobre a matéria, expedidas pela união.

Sala das Sessões, em 19.06.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

## REQUERIMENTO Nº 1754

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 242/04, de minha autoria,

que autoriza o Poder Executivo conceder redução no pagamento de tarifas de veículos escolares.

Sala das Sessões, em 19.06.07.

(a) MARCELO RANGEL

## REQUERIMENTO Nº 1747

Senhor Presidente:

REQUEIRO, nos termos regimentais, o arquivamento - para reexame da matéria - do Projeto de Lei nº 423 de 2007, de minha autoria, que *dispõe sobre a cobrança de 10% (dez por cento) sobre as despesas efetuadas nos bares, restaurantes e similares a título de gratificação aos garçons*, e que se encontra nas Comissões.

Sala das Sessões, em 19.06.07.

(a) FÁBIO CAMARGO

## JUSTIFICATIVA:

Solicito a retirada da proposição em epígrafe para adequação e melhor discussão com as entidades da classe.

## REQUERIMENTO Nº 1738

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Neuci Furman, ocorrido no dia 15 de junho de 2007, na cidade de Curitiba/PR.

Requer ainda, que seja dada ciência à família enlutada, através do seu pai, o Sr. José Furman, enviando correspondência à R. Belém, s/n, CEP: 85465-000 - Espigão Alto do Iguaçu/PR.

Sala das Sessões, em 19.06.07.

(a) NEREU MOURA

## JUSTIFICATIVA:

A morte da professora Neuci Furman foi de grande consternação para Quedas do Iguaçu. Mulher que praticava somente o bem, deixou uma marca que com certeza nem o tempo apaga. Dona Neuci, como era carinhosamente chamada, tinha um jeito ímpar de viver. Jamais alguém a encontrou triste. Sempre sorridente e atenciosa, atendia a todos com cortesia e urbanidade.

Os familiares e amigos terão imensa responsabilidade em manter vivos os legados deixados pela falecida. O município de Quedas do Iguaçu, bem como Espigão Alto do Iguaçu onde a família Furman mora, perdeu uma verdadeira baluarte. A sua morte deixa uma lacuna que será sentida por todas as pessoas de bem.

Através deste Parlamentar, a Assembléia Legislativa do Estado, cumpre o doloroso dever de se associar à dor e ao pesar recebidos pela família Furman e a ela endereçar manifestação de votos de sentidas condolências, rogando a Deus para que a todos conforte e ampare.

## REQUERIMENTO Nº 1744

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do duto Plenário, a inserção em ata dos trabalhos desta Casa de Leis, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Gildo Roberto Maggi, ocorrido dia 18 do corrente em Curitiba, Paraná.

Era uma pessoa muito querida pelos seus familiares, amigos e conhecidos, deixando muitas saudades em todos.

Esta Casa reverencia a sua memória, associando-se às manifestações de pesar e apresenta à família enlutada, sinceras condolências.

Sala das Sessões, em 19.06.07.

(a) LUIZ ACCORSI

## REQUERIMENTO Nº 1752

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação e aprovação do duto Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo falecimento do eminente advogado e professor Nely Lopes Casali.

O saudoso mestre era dotado de uma rara inteligência, respeitado, admirado e aplaudido por milhares de jovens que foram seus alunos na Universidade Estadual de Londrina e na UNOPAR. Há que se destacar, também, o seu coração humanitário, seu ombro amigo no auxílio fraternal a amigos em dificuldades e sua mão sempre estendida aos carentes.

Requeiro que a homenagem desta Casa de Leis seja comunicada à família enlutada, através de seu filho Marcelo, à R. Suíça, 340, Jardim Igapó, em Londrina.

Sala das Sessões, em 19.06.07.

(a) ANTONIO BELINATI

## REQUERIMENTO Nº 1748

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e nos termos do parágrafo 3º do artigo 185 do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o duto Plenário, a dispensa de redação final das matérias constantes da Ordem do Dia desta data que não tenham sofrido emendas.

Sala das Sessões, em 19.06.07.

(a) LUIZ CLAUDIO ROMANELLI

## REQUERIMENTO Nº 1741

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Santa Isabel do Ivaí, pela comemoração, no próximo dia 02 de julho, de seus 55 anos de fundação oficial.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Clemente Aparecido de Souza, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito, Sr. José do Carmo Lavagnoli, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Santa Isabel do Ivaí.

Sala das Sessões, em 19.06.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Sentimo-nos honrados em parabenizar a população de Santa Isabel do Ivaí, pela passagem de seus 55 anos de fundação oficial.

O município de Santa Isabel do Ivaí, que tem à frente de seus destinos o Prefeito Clemente Aparecido de Souza, o Vice-Prefeito, Sr. José do Carmo Lavagnoli e todos os Srs. Vereadores estão envidando esforços para o cumprimento dos objetivos propostos.

Quando os Prefeitos assumem, sejam reeleitos ou eleitos, iniciam sua gestões com grandes responsabilidades. A responsabilidade vai muito além de ter lisura nos atos, de praticar a honestidade e cumprir os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral. Devem estar focados no futuro, ter a antevisão do que ocorrerá daqui a alguns anos.

Portanto, nesta significativa data da comemoração dos 55 anos de fundação do município, transmitimos à população em geral nossos votos de muito sucesso, na certeza de que continuará na trilha do progresso.

## REQUERIMENTO Nº 1742

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Clevelândia, pelo transcurso, no próximo dia 28 de junho/07, de seus 115 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa seja dada ciência ao Exmo. Sr. Vanderlei Luiz Spinelli Valério, Prefeito Municipal; ao Vice-Prefeito Municipal, Sr. Roberto Reistoerfer, bem como a todos os Srs. Vereadores para que, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Clevelândia.

Sala das Sessões, em 19.06.07.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Rendemos nossa homenagem e manifestamos a nossa gratidão a todos que ajudaram na construção de Clevelândia, e conclamamos a população a continuar unida ao poder público para que os próximos anos sejam ainda melhores.

Os Prefeitos quando assumem, sejam reeleitos ou eleitos, iniciam suas gestões com grandes responsabilidades. A responsabilidade vai muito além de ter lisura nos

atos, de praticar a honestidade e cumprir os compromissos assumidos durante a campanha eleitoral.

Os administradores públicos devem estar focados no futuro, ter a antevisão do que ocorrerá daqui a alguns anos. Devem prever as transformações mundiais da sociedade que terão reflexo em seu município e que certamente afetarão sua gente.

Com a finalidade de consolidar cada vez mais os serviços prestados ao povo de Clevelândia, é que o Sr. Prefeito, Vice-Prefeito e os Srs. Vereadores vêm dando o máximo de seus esforços para o cumprimento dos objetivos propostos.

Congratulamo-nos com as autoridades constituídas e com o povo em geral de nossa Clevelândia, no transcurso da significativa data comemorativa ao 115º aniversário de sua emancipação política.

#### REQUERIMENTO Nº 1746

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiado à atriz global Letícia Sabatella, que participou de uma sessão de fotos e gravação do comercial da Campanha do Agasalho 2007, do PROVOPAR Ação Social, cujo lançamento aconteceu no dia 12 de junho.

Pelo 3º ano consecutivo, Letícia Sabatella não cobrou cachê. “Não faço propaganda, mas quando se trata desse tipo de trabalho, faço com maior prazer. Acho importante a participação de todos em trabalhos sociais, como a campanha do agasalho do PROVOPAR”, destacou a atriz, para quem “sempre é um prazer visitar Curitiba, onde moram meus familiares”.

A solidariedade é uma das características marcantes da atriz nascida em Curitiba, no dia 08 de março de 1972. Ela estreou na Rede Globo aos 19 anos de idade no especial “Os Homens querem Paz”, dirigido por Luiz Fernando Carvalho. Desde então, atuou nas minisséries Dia de Maria, JK e A Muralha; nas novelas Páginas da Vida, O Clone, Irmãos Chato, O Rei do Brasil, Vestido de Noiva e outras.

Sala das Sessões, 19.06.07.

(a) CIDA BORGHETTI

#### REQUERIMENTO Nº 1750

Senhor Presidente:

O Deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votos de louvor e congratulações, ao Sr. Nelson Antonio Migliozi.

Sala das Sessões, em 19.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Justa homenagem ao Sr. Nelson Antonio Migliozi, por ocasião de sua posse 2007-2008, como Presidente do Conselho Diretor do Rotary Club de Curitiba - Parque Barigui, prestando relevantes serviços à comunidade curitibana.

#### REQUERIMENTO Nº 1739

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após manifestação do duto e soberano Plenário, seja endereçado expediente aos 81 membros do Senado Federal, solicitando que aquela Casa de Leis não aprove nenhuma alteração na legislação que vise excluir os bancos do Código de Defesa do Consumidor. O Senador Valdir Raupp (RO) apresentou projeto de lei (143/06) que, se aprovado, proibirá a aplicação do Código de Defesa do Consumidor contra bancos e instituições financeiras.

Para Belinati, ambos os segmentos vivem praticando abusos na cobrança de juros e taxas e estão dentre os que os recebem, em todo o país, maior volume de reclamações de clientes. “Excluí-los de punições por parte do Código de Defesa do Consumidor, transformará a maioria dos cidadãos brasileiros em escravos econômicos dos bancos e instituições financeiras”.

O mínimo que os demais Senadores devem fazer, em respeito aos votos que receberam nas urnas, é rejeitar tão inadequado projeto que, aprovado, abriria caminho para verdadeiro atentado contra a economia popular.

Sala das Sessões, em 19.06.07.

(a) ANTONIO BELINATI

#### REQUERIMENTO Nº 1740

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Desembargador José Antônio Vidal Coelho, Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, conforme Moção de Apelo aprovada pela Câmara Municipal de Guarapuava.

Sala das Sessões, em 19.06.07.

(a) RIBAS CARLI FILHO

JUSTIFICATIVA:

Justifica o proponente dizendo que em virtude da crescente demanda de processos registrados nas Varas Criminais, Juizados Especiais Cíveis, Criminais e Varas da Infância, há que se tomar providências urgentes para “desafogar” o Poder Judiciário do Estado do Paraná.

É inadmissível aceitar que mão-de-obra barata faça o trabalho que profissionais da área deveriam estar fazendo, não pelo fato dos estagiários não serem competentes, mas pelo fato de que possuímos pessoal competente, aprovado em concurso público, que não foram contratados.

Além disso, conforme relatam os próprios funcionários, não há estrutura para manter o trabalho em andamento. Faltam materiais básicos de escritório e equipamentos.

Em virtude dos fatos anteriormente mencionados, é evidente a necessidade de aumento dos recursos humanos no Poder Judiciário do Paraná e melhoras na sua estrutura.

## REQUERIMENTO Nº 1753

Senhor Presidente:

REQUER sejam prestadas, no prazo regimental de 30 dias, as seguintes informações:

- Qual o destino do flutuante Cábreá que estava em Paranaguá e deveria ter sido afundado para servir como recifes artificiais?

- Este “bem” que deveria ter sido utilizado para um projeto ambiental é o mesmo que agora faz parte do patrimônio de uma empreiteira?

- Se for, como esta empreiteira conseguiu transferência do mesmo?

- A APPA vendeu este “bem” à Construtora Serra da Prata?

Sala das Sessões, em 19.06.07.

(a) NEY LEPREVOST

JUSTIFICATIVA:

Tais informações se fazem necessárias, para esclarecer as graves denúncias publicadas, inclusive com provas fotográficas, pelo Semanário Impacto Paraná.

## Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 453/07

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao município de Céu Azul, os lotes nºs 7 e 8 (sete e oito), da quadra nº 100 (cem), do loteamento urbano daquela cidade, com área de 700m<sup>2</sup> (setecentos metros quadrados), cada um, perfazendo o total de 1.400 m<sup>2</sup> (hum mil e quatrocentos metros quadrados), registrados sob nº 16.641, no 1º Ofício do Cartório do Registro de Imóveis de Foz do Iguaçu.

Parágrafo Único. O imóvel se destina à implantação do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e de Unidade de Saúde Municipal.

Art. 2º A doação do imóvel deverá ficar gravada com cláusulas de impenhorabilidade e inalienabilidade, devendo o mesmo ser utilizado exclusivamente para os objetivos dispostos nesta lei, sob pena de reversão do imóvel ao patrimônio do estado do Paraná, sem reservas de quaisquer direitos ou ressarcimentos.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 19.06.07.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

O referido imóvel, constituído dos lotes nºs 7 e 8, pertence ao patrimônio do estado do Paraná e está utilizado pela Prefeitura de Céu Azul, a qual construiu sob os referidos lotes, com recursos próprios, um prédio com cerca de 250m<sup>2</sup>.

Desde 1988, a Constituição Federal situou a assistência social, ao lado da saúde e da previdência social, como política integrante do sistema brasileiro de seguridade social. Em 1993, com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social - a LOAS, assistência social foi ordenada política pública garantidora de direitos da cidadania.

O Sistema Único de Assistência Social - O SUAS, implantado a partir de 2005 em todo o território, efetiva - na prática - a assistência social como política pública do estado, fazendo a necessária ruptura com o clientelismo e as políticas de favor e de ocasião. O SUAS altera radicalmente o modelo de gestão e a forma de financiamento da assistência social. Estabelece um novo pacto federativo entre união, estados, distrito federal e municípios, garantindo autonomias legais em regime de mútua colaboração institucional.

O SUAS estabelece 2 níveis de proteção social: básica, de caráter preventivo, e especial, quando ocorre violação de direitos. Essa subdivisão é meramente formal, já que há interação permanente entre elas. Enquanto a proteção especial exige atenção em serviços ou centros especializados, a proteção básica tem no Centro de Referência da Assistência Social - o CRAS - equipamento social público capaz de garantir a atenção integral às famílias em determinado território.

Nos Centros de Referência da Assistência Social, o principal capital é o humano, sejam assistentes sociais, psicólogos e outros profissionais.

Dessa forma, objetivando melhorar um serviço público básico na busca da consolidação da política pública e de assistência social, é de fundamental importância o apoio do Governo do estado auxiliando o referido município na implantação do CRAS naquela cidade, procedendo a doação do imóvel objeto do presente, e assim proporcionando condições daquela administração construir, reformar, ampliar e executar melhorias no atual prédio, viabilizando a implantação do CRAS.

No referido imóvel será também instalada a Unidade de Saúde Local, de relevante importância para atendimento da população de Céu Azul.

O SR. PRESIDENTE (**Nelson Justus**)

Quero anunciar, com prazer, a visita dos alunos do Colégio Presidente Costa e Silva, os alunos do ensino fundamental e médio, de Sengés, com o professor Moacir Aparecido de Antônio. Sejam bem-vindos a nossa casa, professor, alunos, sejam bem-vindos à Assembléia.

## Pequeno Expediente:

Passa-se ao Pequeno Expediente.

Primeiro orador inscrito, com a palavra o Deputado Antonio Belinati.

## ***Deputado Antonio Belinati (PP)***

O SR. ANTONIO BELINATI

Sr. Presidente Deputado Nelson Justus, colega Cida Borghetti, Deputada Luciana Rafagnin, colegas Deputados e esta juventude, pessoal bacana de Sengés que está nos visitando, sejam bem-vindos, que todos sejam felizes na vida pessoal, também na escola e que tenham um futuro brilhante pela frente. Obrigado pela visita de vocês, ao professor Moacir Aparecido e todos vocês, muito obrigado.

Sr. Presidente, estamos encaminhando à apreciação de V. Exa. um requerimento que, se aprovado, é dirigido aos 81 Senadores que compõem o Senado Federal de nosso país.

O requerimento é no sentido de fazer um apelo ao Senado para não aprovar uma lei, a mais cretina, a mais sem sentido, a mais contra o povo que eu já vi em toda a minha carreira. De vez em quando sai aí pela Folha de São Paulo, Estadão e também nos nossos veículos de comunicação que que o SERASA, que encerra a conta do povo, às vezes porque faltou R\$ 1 na conta, R\$ 5, esse SERASA que já encerrou a conta de milhões de brasileiros por porcária, às vezes, que faltou na conta, o mesmo SERASA tem bancado, tem colocado dinheiro para eleger políticos em nosso país - está no site do Tribunal Superior Eleitoral - os políticos que são premiados com dinheiro que é da desgraça do povo, que teve a conta encerrada no banco e para reabrir é uma mão-de-obra, além de multa.

E também no site do Tribunal Superior Eleitoral saiu que muitos políticos brasileiros, tem o nome dos Deputados que se elegeram fazendo campanha com o dinheiro do banco, que eu considero um dinheiro maldito, porque aquele que faz um papagaio no banco é difícil escapar depois, porque aquilo é uma bola de neve - você empresta mil, daqui a pouco está em 2 mil, 3 mil, 5 mil, de repente o empréstimo pode ficar impagável.

E pasmem os senhores, um Senador da República está com pena, está com dó, está com pena dos banqueiros, está com pena das instituições financeiras. Na opinião do Senador, o nome do Senador é Valdir Raupp, do PMDB de Rondônia, o Senador deve estar até perdendo o sono à noite com pena dos donos de bancos, com pena dos proprietários das financeiras que cobram juros, verdadeira agiotagem. Se você vai fazer um papagaio no banco eles te empurram seguro de vida, fazem você aplicar em determinado fundo, não é obrigado, mas se não fizer, também não te emprestam o dinheiro.

E pasmem, colegas Deputados, esse Senador Valdir Raupp entrou com um projeto de lei no Senado Federal, Projeto de Lei nº 143, e se o projeto dele for aprovado ele quer impedir, quer proibir quer os bancos, quando abusarem da economia do nosso povo, quando cobrarem juros que não são da Lei, cobrarem taxas que também não têm respaldo legal, o Senador Valdir Raupp, de Rondônia, apresentou um projeto no Senado para proibir de punir os bancos através do Código de Defesa do Consumidor. Vejam os senhores que aberração de projeto desse

Senador! Em nome dos eleitores que o colocaram no Senado da República, ele deveria estar ali para defender o povo, entretanto o Sr. Valdir Raupp apresentou esse projeto de número 143 que está tramitando no Senado Federal e se o projeto for aprovado vai ficar proibido no Brasil usar o Código de Defesa do Consumidor para punir bancos e instituições financeiras.

O nosso apelo, através desse requerimento, Sr. Presidente, é endereçado a todos os Senadores da República de nosso país para que não aprovem esse projeto, porque ele fere os interesses do nosso sofrido povo! Se esse projeto for aprovado, os bancos e instituições financeiras não podendo mais serem punidos, através do Código de Defesa do Consumidor, vão escravizar economicamente ainda mais a população brasileira que depende de empréstimo no banco, que depende de cheque especial, que para comprar alguma coisa é através de operadora, através de financeira.

Este projeto que o Senador teve a cara-de-pau de alegar que é em defesa do povo, é mentira, é um projeto contra o povo, é um projeto em defesa dos poderosos banqueiros e das instituições financeiras! Por que o Senador não quer que os bancos e as operadoras sejam punidos quando cometerem atos ilícitos, atos irregulares, atos desumanos contra o bolso do nosso povo brasileiro?

É um pedido, Sr. Presidente, para que o projeto não seja aprovado.

Aos alunos do Colégio Presidente Costa e Silva, dirigido pelo Diretor, professor Moacir, sejam bem-vindos, uma boa estada em Curitiba.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Próximo orador inscrito, Deputado Tadeu Veneri.

## ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossos convidados companheiros e companheiras bancários que vão inclusive fazer hoje uso da tribuna no Grande Expediente.

O que me traz a esta tribuna é um pedido para que possamos ter um projeto que foi aprovado aqui nesta Casa, Sr. Presidente, posteriormente foi vetado esse veto, até o momento ainda não teve o parecer do Relator. Na verdade, esse projeto é de minha autoria e do Deputado José Maria, é um projeto que prevê a regulamentação da Constituição Estadual e conseqüentemente a formalização dos projetos de iniciativa popular, dos projetos que dizem respeito ao plebiscito e ao referendo. Esse projeto de lei, quando foi aprovado aqui nesta Casa, foi remetido à sanção ou veto do Governador de Estado, em 13 de dezembro, retornou a esta Casa em 29 de janeiro, portanto já com o prazo para o veto, Deputado Reni, passado. É um projeto que está na CCJ com relatoria.

Houve um relatório do Deputado que hoje é Presidente da Comissão de Saúde, também está na CCJ, entendendo que o projeto de saúde deveria ser promulgado pelo Presidente da Assembléia, uma vez que o veto havia



passado do prazo para poder ser, ou vetado ou sancionado. Claro que na seqüência houve um recurso do Líder do Governo, esse projeto retornou ao Presidente da CCJ, que nomeou novo Relator.

Estou fazendo um apelo para que o Relator ou relate na CCJ, ou com parecer do veto, ou com parecer da sanção, obviamente da promulgação do Presidente, que eu entendo correto. Por quê? Porque houve, na seqüência, um entendimento que havia um novo carimbo naquele projeto e que esse novo carimbo daria condições, porque ele é de janeiro, para que o projeto pudesse ser vetado dentro do prazo.

Tenho argumentado que temos, no nosso entendimento, uma documentação que prova que o veto foi apostado fora do prazo, porque temos um documento que diz, quando consultado, em janeiro, que o veto havia vindo fora do prazo.

Gostaria que pudessemos dirimir estas dúvidas e estes problemas, porque esse é um projeto que interessa ao estado do Paraná, interessa à maioria dos cidadãos do Paraná. Foi feito a partir de um debate com o professor Fábio, que propôs que se estabelecesse esse projeto, se estabelecesse a democracia direta com aquelas 3 seqüências que estão previstas na nossa Carta Magna de 1988 e depois aqui na Constituição Estadual, que é o referendo, plebiscito e os projetos de iniciativa popular.

Recentemente, aqui, na terça-feira passada ou retrasada, esteve aqui na escola de Governo o Subprocurador da República falando sobre pedágio. E uma das sugestões dadas é que tivéssemos instituído nos municípios que vão receber as praças de pedágio, se as pessoas querem ou não pedágio, através de plebiscito. Agora, para que possamos fazer isso é preciso que tenhamos regulamentado essa lei.

Então, não vejo ainda no plenário, mas sei que está nesta Casa o Deputado Nereu Moura e faço um apelo para que o Deputado Nereu Moura possa relatar esse veto na próxima Sessão da CCJ. Espero que o relato seja para que o veto de fato seja considerado fora do prazo, como de fato entendo que foi.

Tive a oportunidade de externar esta posição ao Presidente da CCJ, Durval Amaral, e ao Presidente da Casa e acredito que podemos dar à população do Paraná, podemos dar a todos que estão envolvidos nas decisões do estado um grande instrumento de participação popular. Agora, para isso é preciso definir se esse veto é de fato fora do prazo e o projeto seja promulgado pelo Presidente Nelson Justus ou se, no entendimento do relator - e aí vai depender da CCJ - se esse veto está dentro do prazo e poderá vir para Plenário. Lembro que é a primeira vez em toda a história da Assembléia que tivemos um veto que havia sido considerado fora do prazo e posteriormente foi reconsiderado e considerado dentro do prazo.

Espero que possamos resolver esta situação nos próximos dias, Sr. Presidente. Acredito que há disposição sua, que há disposição dos demais Deputados para fazermos isso e se for o caso votarmos o veto em Plenário. Embora ainda quero mais uma vez reafirmar, aqui, que

entendo até pela documentação que temos, que o projeto esta em condições de ser promulgado pelo Presidente da Assembléia.

Eram essas considerações, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

## ***Grande Expediente:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Grande Expediente.

Por proposição do Deputado Tadeu Veneri, vamos ouvir o Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Curitiba e Região.

Com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

## ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Obrigado Sr. Presidente.

Convido a Presidente do Sindicato dos Bancários, Marisa Stedile, nossa companheira e que vai fazer uso da tribuna, justamente para colocar a situação em que vivem hoje os funcionários do Banco do Brasil, com um “pacote” que foi conhecido como “o pacote de maldades”, inclusive, um “pacote” que está sendo de cima para baixo, imposto aos funcionários do banco.

Sejam bem-vindos todos os companheiros bancários e bancárias.

## ***Sra. Marisa Stedile - Presidente do Sindicato dos Bancários***

A SRA. MARISA STEDILE

Obrigado ao Deputado Tadeu Veneri pelo convite para fazer uso da palavra nesta tribuna livre.

Quero cumprimentar o Presidente da Casa, Deputado Nelson Justus, Deputada Luciana Rafagnin e a Deputada Cida Borghetti, demais Parlamentares e meus companheiros do Sindicato dos Bancários.

(Lê):

**“A reestruturação do BB e os problemas para o funcionalismo e sociedade.**

Ocupo esta tribuna para denunciar o processo de reestruturação no Banco do Brasil, que tem ocasionado uma série de demissões em todo o país. Este enxugamento no quadro de funcionários tem pressionado os demais trabalhadores e comprometido a capacidade de atendimento das agências. Para entendermos este processo, faço antes um resumo da trajetória e da estrutura do banco.

O Banco do Brasil tem 200 anos de história e neste período tornou-se o principal banco da América do Sul. Ele já começou com seus recursos sendo desviados pela Coroa Portuguesa em 1821, quando Dom João VI retornou a Portugal levando todos os depósitos do banco.

Foi no Banco do Brasil que surgiram as primeiras linhas de crédito para a agricultura, em 1888, com o objetivo de recrutar mão-de-obra de imigrantes europeus para trabalhar nas plantações de café.

Em 1889, o país, vivia a sua transformação política de Monarquia para República e teve no Banco do Brasil o agente saneador das finanças do país.

Durante toda a sua história o banco foi responsável pelos principais movimentos expansionistas e desenvolvimentistas do país. Em 1936, criou-se a Carteira de Crédito Agrícola, uma das mais importantes, que além de impulsionar o setor agrário na década de 40, também foi decisiva no desenvolvimento industrial na segunda metade da década de 50 financiando a CSN - Companhia Siderúrgica Nacional. A carteira rural ainda permanece como prioridade no BB.

O banco passa também a investir no social. Em 1985 é criada a Fundação Banco do Brasil, sem fins lucrativos, mas importante braço de apoio em parcerias de projetos de alcance social, no campo educacional, filantrópico, recreativo e esportivo.

Um ano depois, 1986, o banco transformou-se em conglomerado financeiro e passou a atuar em todas as demais áreas do sistema, que já eram franqueadas às demais instituições.

Mas não são apenas glórias e êxitos que marcam a história do BB. Em 1996, o banco lançou o Programa de Desligamento Voluntário - PDV, que foi responsável pela demissão de 13 mil 388 funcionários em um único ano. O resultado foi aumento considerável do índice de doenças psicossomáticas e cardíacas entre os funcionários e 20 suicídios, no período de 24 meses. Naquele ano, o banco fechou com um prejuízo de R\$ 7,6 bi.

Com grandes investimentos em tecnologia e uma chamada de capital na ordem de R\$ 8 bilhões, o quadro foi revertido no ano seguinte e o BB volta ter grandes lucros. Mas o estrago entre os funcionários estava instalado com a criação de duas categorias de profissionais: os antigos, com todos os direitos históricos e os novos, sem alguns direitos. Tal situação só foi possível com a publicação das Resoluções 9 e 10 da então chamada Comissão de Controle das Estatais. Com isso estabeleceu-se uma distorção no plano de cargos e salários, que o movimento sindical tenta negociar há mais de 4 anos.

#### **Lucro**

Os últimos anos deste século foram prodigiosos para o mercado financeiro e o BB marcou liderança no ranking dos mais lucrativos do setor. Em 2003, o lucro líquido foi de R\$ 2,4 bilhões, e em 2004 se superou atingindo 20 milhões de clientes pessoa física contabilizando lucro líquido de R\$ 3,024 bilhões. Em 2006 o lucro foi de R\$ 6,043 bilhões, 45,51% maior que em 2005.

#### **Estrutura nacional**

O Banco do Brasil tem 86 mil funcionários; 10 mil estagiários e 5 mil temporários (período de trabalho de 6 meses). O quadro funcional possui uma grande disparidade de salários. A diferença entre o maior e o menor salário do BB permanece em 18,8 vezes.

O maior acionista é o Tesouro Nacional, com 68,7% da participação acionária, seguido da PREVI - Fundo de Pensão dos Funcionários, com 11,4% e o BNDES com 5% das ações.

O banco tem uma rede de 4 mil e 46 agências e 39 mil 765 terminais de auto-atendimento em todo o país. Em sua política de superação de metas atingiu a marca de 24,5 milhões de clientes entre pessoa física e jurídica em março de 2007.

#### **Estrutura no Paraná**

No Paraná existem 273 agências e na capital, 44, conforme dados do Banco Central. O quadro de funcionários do banco no estado deve atingir 6 mil 450 com a criação da Central de Serviço Operacional (CSO) e da Central de Serviço de Logística (CSL).

O Governo do Estado do Paraná aprovou a transferência das contas públicas para a Caixa e o Banco do Brasil. O fato gerou incremento na ordem de mais de 100 mil novas contas no BB e outras tantas na Caixa. Essas instituições, ao que parece, ainda não implementaram a contratação de empregados em número suficiente para dar conta da nova demanda de clientes e serviços. O que se verifica são agências superlotadas, demoras excessivas nas filas e conseqüentemente, clientes insatisfeitos e funcionários estressados.

#### **O problema da reestruturação**

Em 7 de maio deste ano, o Banco do Brasil anunciou um pacote chamado plano de reestruturação, que prevê a extinção de 4 mil 284 caixas executivos e 1.366 escriturários e ainda a aposentadoria antecipada de mais de 12 mil bancários na faixa dos 50 anos de idade. Destes 12 mil, 4 mil já aderiram ao plano de afastamento.

Neste pacote há também uma série de arbitrariedades e irregularidades. Entre elas:

#### **Corte de caixas e escriturários:**

O banco pretende criar o mesmo número de cargos de assistentes de negócios, com jornada de 8 horas de trabalho e com isso vai institucionalizar a fraude na jornada de trabalho dos bancários que é de 6 horas, gerando um passivo trabalhista.

#### **Fim do pagamento de substituições temporárias**

Ou seja, ninguém vai receber 1 centavo a mais para ocupar temporariamente um cargo maior que o seu.

#### **Redução dos núcleos de apoio aos negócios de crédito e de gerências regionais**

O banco está reduzido de 24 para 5 os núcleos, e as gerências regionais de logística serão cortadas de 19 para 11. Com estas mudanças sobrarão 4 mil trabalhadores.

#### **Mudança no plano de carreira**

O plano de cargos e salários passa a ser chamado de plano de carreira e remuneração, que estabelece 2 critérios de ascensão: um por mérito e outro por antiguidade. Acontece que para quem ocupa um cargo como de Superintendente a ascensão será de 6 em 6 meses e para um Gerente de Negócios, por exemplo, a ascensão será de 3 em 3 anos. O novo plano desconsidera as reivindicações do funcionalismo de critérios mais objetivos para a carreira profissional.

#### **Processamento eletrônico de envelopes**

Prevê a terceirização de todo o serviço de auto-atendimento. Para isso vai pagar R\$ 26 milhões ao mês para a subsidiária Cobra Tecnologia.

### **Reestruturação no Paraná**

Em apenas 19 dias desde mês de junho, cerca de 300 funcionários já saíram do Banco do Brasil no Paraná. Eles serão afastados e receberão salário até a definição da sua aposentadoria.

O pacote ainda ameaça mais funcionários. De acordo com o contrato da Cobra Tecnologia, que presta serviço ao Banco do Brasil, 52 agências somente na região de Curitiba serão atingidas pelo pacote de reestruturação do BB.

Neste contexto, a situação do Paraná é ainda mais complicada. A terceirização já é uma realidade na Central de Atendimento em São José dos Pinhais. Dos 2 mil empregos previstos inicialmente, só se confirmaram pouco mais de 300 e o restante, 1.700 funcionários são terceirizados. Hoje se verifica um descumprimento do discurso que primava pela garantia de emprego e combate à terceirização de mão-de-obra nos órgãos públicos.

É importante salientar que esses empregados fazem tudo o que um bancário faz, mas recebem apenas o salário-mínimo nacional, sem os benefícios previstos na Convenção Coletiva Nacional. O trabalho de tele-atendimento, por sua natureza penosa e exigência, pode invalidar precocemente os trabalhadores e gerar distúrbios relacionados às cordas vocais, comprometendo a acuidade auditiva e até as chamadas LER/DORT.

Trabalham naquele setor, jovens que deveriam ter todo o apoio para a profissionalização, mas estão entregando a saúde, e quando o trabalho começar a apresentar suas seqüelas, são descartados e substituídos.

#### **O que queremos:**

1) Queremos o apoio dos Parlamentares paranaenses ao Projeto de Lei nº 6259/05, dos Deputados Inácio Arruda e Daniel Almeida (PCdoB), que está tramitando na Comissão de Trabalho e Serviço Público da Câmara dos Deputados. O projeto prevê a derrubada das Resoluções 9 e 10 do Conselho de Controle das Estatais, estabelecendo a isonomia nos salários, nos benefícios e vantagens para empregados do BB e Caixa.

2) Queremos que a Assembléia Legislativa envie mensagem ao Governo do Estado, no sentido de co-responsabilização quanto à qualidade no atendimento e serviços prestados pelos bancos públicos no estado do Paraná, exigindo que esses contratem imediatamente novos empregados aprovados em concurso público para fazer frente às necessidades do setor.

3) Queremos que a terceirização seja condenada como forma de contratação para atividade fim, como vem acontecendo no setor financeiro.

4) Queremos o fim do assédio moral e do constrangimento sobre representantes dos trabalhadores.

5) Queremos a implantação de um Plano de Cargos e Salários que preserve os princípios estabelecidos pelo Código de Ética, com justiça e valorização do trabalho, retirando dos administradores o exercício do poder autoritário.”

Nesse ponto que eu gostaria de chamar a atenção. O funcionário, muitas vezes, que participa do movimento grevista, pelo justo direito que está reivindicando - direito

constitucional - na hora em que há um cargo para ser promovido ele é preterido por aquele outro que não participou do movimento. Isso independente do cumprimento de todas as metas que o banco coloca.

Queremos um Banco do Brasil público, voltado para o desenvolvimento da sociedade, com linhas de crédito que possibilitem ao pequeno produtor um futuro mais tranquilo, sem o foco do neoliberalismo e a tirania das metas. O que nós observamos é, ano após ano, o sistema do neoliberalismo colocado dentro dos bancos públicos, onde o banco não cumpre o seu papel social e sim, simplesmente, um programa de superação das suas metas para o benefício de poucos.

Nessa linha, gostaria de deixar essa mensagem em nome do Sindicato dos Bancários a todos os Parlamentares e as Parlamentares aqui presentes, e me coloco à disposição para qualquer questionamento que seja necessário.

### ***Interlocutores:***

#### ***Deputado Tadeu Veneri (PT)***

O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, gostaria de fazer uma pergunta à Marisa.

#### **(Assentimento)**

É possível, Srs. Deputados, que todos esse pontos que a senhora colocou aqui com relação aos pedidos, encaminhados tanto ao Governo Federal como principalmente, ao Governo do Estado do Paraná, que transformássemos esse pontos todos moção para colocarmos, posteriormente, em votação aqui na Assembléia, no término do Expediente, e remetermos tanto ao Governo do Estado, como ao Tribunal de Contas da União, como ao Governo Federal e, principalmente, obviamente, à Superintendência do Banco do Brasil aqui no Paraná e à Presidência do Banco do Brasil.

Entendo que há, hoje, um mal-estar entre servidores públicos que são atendidos pelo Banco do Brasil e se fizermos uma pesquisa de satisfação do cliente, dentro do Banco do Brasil, com as pessoas que são atendidas pelos funcionários, veremos que ambos estão insatisfeitos. Os funcionários que atendem estão estrassados porque estão trabalhando muito e aqueles que são atendidos, professores, policiais, médicos e são funcionários do estado, também estão insatisfeitos por serem muito mal atendidos.

Queria sugerir, Marisa, que depois pudessem nos passar todos os pontos. Nós transformássemos esse seu depoimento numa moção e encaminhássemos essa moção, aprovada aqui na Assembléia, aos órgãos, conforme se estabeleça aqui.

A SRA. MARISA STEDILE

Considero que isso contemplaria as nossas reivindicações e o Sindicato dos Bancários, em nome do funcionalismo do Banco do Brasil e também da Caixa Econômica Federal, ficaria agradecido à Assembléia Legislativa.

A nossa pretensão diante dos Srs. Parlamentares é, realmente, que esta Casa produza esse documento e que nos ajude a pressionar às autoridades, tanto a direção do banco, tanto o Ministério do Planejamento, o Banco do Brasil, o Governo do Estado e o Governo Federal, porque entendemos que há preocupação com a qualidade do atendimento ao público, mas a política de juros, a política de cobranças de tarifas, a política que as agências estão fazendo de empurrar os pequenos clientes para os auto-atendimentos é uma política que deve ser de preocupação da sociedade como um todo, e nada melhor que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná para tomar uma posição diante desses fatos e fazer esse encaminhamento.

Então, só temos a agradecer a proposição do Deputado Tadeu Veneri.

## ***Deputado Jocelito Canto (PTB)***

O SR. JOCELITO CANTO

Permitiria uma pergunta, Marisa?

Sr. Presidente, vou fazer um questionamento.

**(Assentimento)**

Quando vejo os sindicalistas reclamando do Governo, fico querendo aprender, porque os sindicalistas são os heróis, eles reclamam e eu vejo, há muitos anos, os sindicalistas levantando as bandeiras de que nos Governos neoliberais era preciso mudar a forma de Governo para que os sindicatos fossem mais ouvidos e que a população tivesse mais direito.

Não tenho dúvida que os sindicatos foram os maiores aliados do atual Governo que está aí em nível federal. A Assembléia Legislativa pode fazer, como disse bem o Deputado Veneri, uma moção que, certamente, vai mostrar a sensibilidade desta Casa, mas tem pouca força, até porque quem toma os destinos dessa política, principalmente financeira, neste país, são exatamente os interesses de Brasília, os interesses do Governo.

Então, perguntaria à senhora, como sindicalista, como se sentem os sindicalistas de hoje?

Os sindicalistas de ontem brigavam para que os atuais governantes estivessem no poder, hoje. Como se sentem os sindicalistas, hoje, com este Governo que vem dos sindicatos e, também, demonstra que é frágil e que tem algumas coisas parecidas com o neoliberalismo, porque afinal a política continua igual. Como se sentem os sindicalistas de hoje? E os sindicalistas de hoje acham que a culpa é de quem, da situação em que vive o Banco do Brasil? É do atual Governo? Do regime do atual Governo? Ou é culpa do Presidente?

A SRA. MARISA STEDILE

Sr. Deputado, nós sindicalistas entendemos que o sindicato deve preservar a sua autonomia e seguir os princípios estabelecidos nos seus estatutos.

Neste sentido, entendemos que o nosso papel é pressionar e reivindicar cada vez mais direitos e o cumprimento desses direitos principalmente, porque muitas vezes esse direito está no papel, mas ele não é cumprido.

E a Justiça brasileira é demorada, muitas vezes o cidadão não vê o objeto daquilo que foi pretendido juridicamente.

Não posso falar em nome do Governo Federal e muito menos do Governo Estadual, mas, entendemos que toda instituição tem a sua cultura e a cultura do Banco do Brasil, ela foi formada em 200 anos. Dentro dessa cultura estão muitas regras não escrita. Entendo, particularmente, que o neoliberalismo está impregnado dessa cultura.

O neoliberalismo não está isentando ninguém, porque a partir do momento em que o Banco do Brasil está inserido dentro de um mercado financeiro altamente competitivo, ele vai disputar com as mesmas armas do mercado. Acredito que o Governo tem muita responsabilidade em cima do que vem acontecendo no Banco do Brasil. Pode não ter a total responsabilidade dentro dos métodos que são próprios da administração, são medidas administrativas próprias da empresa estatal, mas, as grandes linhas, como o financiamento público, o financiamento agrícola, tudo isso é estabelecido dentro dos Ministérios.

Isso nós temos que cobrar, e cada cidadão tem esse dever, porque se a taxa SELIC vem caindo, por outro lado a taxa de juros vem aumentando para alguns setores, principalmente para o setor agrícola que é uma preocupação no estado do Paraná.

Então, temos que diferenciar aquilo que podemos sentir individualmente e aquilo que a sociedade tem que fazer e cumprir o seu papel. O nosso papel como Sindicato dos Bancários de Curitiba e Região é condenar qualquer prática autoritária, vinda de onde vier. Se for do Governo Federal, temos de combatê-la, se for da administração do banco, se for do Governo do Estado, também temos de combatê-la.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Quero cumprimentar o Deputado Tadeu Veneri pela iniciativa, dizer que o sindicato sempre teve e sempre continuará tendo as portas abertas aqui nesta Casa. E torcemos para que não tenha sido em vão essa sua iniciativa e a iniciativa do Deputado Tadeu Veneri, bem como dos seus parceiros aqui.

A SRA. MARISA STEDILE

Muito obrigada, agradeço em nome do nosso Sindicato. Agradeço ao Deputado Tadeu Veneri que também é nosso parceiro há muitos anos, como bancário que ainda consideramos.

Essa preocupação com os bancos públicos deve ser uma preocupação cotidiana, porque acreditamos que o Banco do Brasil deve ser exemplo. Um banco tão lucrativo como esse, o maior banco, o mais antigo, deve dar o exemplo nas suas relações de trabalho. Para isso, estaremos constantemente vigilante e constantemente fazendo as cobranças que forem necessárias.

O sindicato agradece esta participação e nos colocamos à disposição, para qualquer esclarecimento que os Srs. Deputados desejarem a respeito deste assunto ou de outros que possam surgir.

## ***Horário das Lideranças:***

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Passa-se ao Horário das Lideranças: PMDB; PTB; PDT; PSDB; Democratas.

(Declinam)

PT. Concedo a palavra ao Deputado Pedro Ivo.

## ***Liderança do PT: Deputado Pedro Ivo***

O SR. PEDRO IVO

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas.

Estaremos realizando no dia 25 de junho uma Audiência Pública, que será realizada aqui neste plenário. Estarão sendo realizadas também audiências dessa natureza nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Essa Audiência Pública em por finalidade debatermos o Projeto de Lei nº 3854, de 1997, de autoria do Deputado Federal Adão Preto, tendo como Relator o nosso Deputado do Estado do Paraná, Assis Miguel do Couto. Essa Audiência Pública estará sendo realizada com a participação de várias entidades: FETAEP, SEAB, MDA, FETRAF, UNICAPS e outras. Estamos fazendo o convite para todas as regionais, principalmente àquelas em que há um grande número de produtores rurais, agricultores, que estão ligados à atividade do plantio do fumo.

Esse projeto de lei de autoria do Deputado Federal Adão Preto, do Partido dos Trabalhadores, ficou na pauta do Congresso Nacional, há 10 anos engavetado. E agora, através de um acordo de várias lideranças políticas e forças políticas ligadas à agricultura, esse projeto será colocado em apreciação. Basicamente, esse projeto tem por finalidade sanar algumas questões, que no nosso ponto de vista são graves, na atividade ligada à questão do plantio do fumo, na fumicultura.

A nossa região sul do Paraná e o centro-sul, Irati, Rebouças, Mallet, Paula Freitas, Paulo Frontin, Cruz Machado, bem como a região sudoeste, de Francisco Beltrão, a região de fronteira, onde há uma atividade muito forte ligada à questão de fumo, o Brasil é o 2º maior produtor do fumo do mundo, perde apenas para a China, que é o 1º produtor. Mas a China não exporta nada. O Brasil exporta, 85% da sua produção é para a exportação.

Existem alguns abusos que são cometidos para cima dos fumicultores, por parte das empresas ligadas ao setor fumageiro. Entre eles está a problemática, por exemplo, a alegação que os estoques mundiais de fumo estão abarrotados e que o preço, principalmente no ano passado, em que tivemos a maior problemática dos últimos anos no que se refere à questão do preço, houve uma ponderação por parte das indústrias, que não poderia ser pago mais.

Enquanto no mundo todo se paga o fumo em torno de US\$ 10 a 12 o quilo, no Brasil o preço chega a R\$ 5, R\$ 6 o quilo. Os estoques mundiais têm reduzido em nível de mundo e a demanda, por mais que as campanhas educativas surtam efeito, continua crescendo, até em razão do número da população que aumenta em todo o mundo.

Então, com esse cenário dos estoques mundiais se reduzindo e o consumo crescendo, isso faz com que a atividade devesse ter um preço, porque a procura é muito maior do que a oferta e nossos agricultores deveriam ser melhor remunerados.

Além dessas questões, existem outras problemáticas, como a questão, por exemplo, da pesagem e da classificação. Sabe-se que quando as fumageiras não querem pagar um preço adequado, simplesmente se descarrega no tipo, na classificação do fumo. Muitas vezes um fumo é de ótima qualidade, mas no momento a fumageira não tem interesse em pagar um preço maior e acaba jogando o preço lá embaixo, porque diz que a classe é uma e não aquela e muitas vezes um fumo de excelente qualidade, que está dentro das melhores classificações, acaba sendo passado por um preço de pior qualidade. Mesmo a pesagem também não é feita na propriedade e nem a classificação é feita na propriedade e aí, quando o produto do agricultor já está lá na esteira, dentro da empresa, não tem retorno e ele é obrigado a aceitar aquele preço que a fumageira diz, aquela classe que a fumageira diz.

Esse projeto vem exatamente resolver essas questões. O projeto discute a possibilidade da pesagem e da classificação serem na própria propriedade. Nós sabemos, por exemplo, que empresas do porte da SADIA, que negociam suínos, a compra de leitões que tem uma toda uma faixa de peso que tem que ser respeitada, mas pesa um por um na propriedade e o agricultor fica com o extrato de quanto tem a receber. Isso não acontece com os agricultores ligados à questão da fumicultura, porque depois que está lá, paga-se o preço que se quer.

Então, esse projeto tem essa finalidade. Estamos discutindo várias propostas e na Audiência Pública serão debatidas essas propostas. Uma das propostas é que se tenha espaços regionais, que se respeite uma quilometragem “X” e se tenha uma central de pesagem e classificação em cada regional dessas. E nós queremos também discutir com o Governo do Estado a participação de um órgão público que faça o papel de arbitragem na hora dessa pesagem e da classificação para que o agricultor que teve uma classificação melhor, que ele seja remunerado por essa classificação, pois teve todo o esforço para que isso aconteça. E hoje, praticamente, há uma ausência do poder público nessa atividade. Por mais que a atividade tenha uma série de problemas, de seqüelas que se deixa na área da saúde, de problemas, mas essa atividade existe e enquanto existe, é preciso que o poder público seja presente nessa atividade para que não permitamos uma exploração maior ainda e um prejuízo maior, tendo em vista a questão da saúde, a questão do envolvimento de crianças e outras questões mais que estão ligadas à essa questão do fumo.

A atividade do fumo não tem uma alternativa, no momento, que possa vir a substituir essa atividade. Mas, é possível fazer com que ela seja melhor administrada, com que ela seja melhor planejada e o poder público estar presente nessa atividade para que a exploração não ocorra junto a essas famílias que trabalham hoje com essa atividade.

Então, gostaríamos de fazer esse convite. São inúmeros problemas ligados à questão do fumo e poderíamos citar a questão da FUBRA, que o seguro que se cobra nunca é compatível com o que se paga, quando o agricultor necessita. O problema de classe, porque são 48 classes de fumo praticadas aqui no Brasil, enquanto que um pé de fumo como um todo tem apenas vinte e uma folhas e isso tem uma dificuldade muito grande para que o agricultor possa acompanhar qual é a classe realmente que estou produzindo.

Então, todas essas questões estão sendo discutidas a nível de Brasília, para que possamos criar regras claras de convivência que possam ser aceitas por todos, até porque o fumo está aí, a atividade está aí, ela remunera até razoavelmente os agricultores e tem um papel importante na receita desses municípios a nível dessas regiões, tem um papel importante para o ICM e para outras questões mais.

Então, é preciso disciplinarmos, através de projetos de lei como esse que estamos colocando, como esse que estamos debatendo. Também tem o assunto da COPEL, que acho que devemos fazer uma discussão com a COPEL, vários municípios onde foram instaladas as estufas para a secagem do fumo, na hora em que mais necessita, na hora do pico de produção, a COPEL não consegue passar a energia necessária, tem caído a luz, prejudicando a qualidade. Então, essa Audiência Pública, ela tem como objetivo discutir essa lei e outras questões, outras problemáticas mais, que os agricultores trarão junto às autoridades, junto aos Deputados ligados à questão da agricultura e também junto aos órgãos públicos para que possam estar mais presentes nessa atividade pela complexidade que tem. Aí, sim, é que se faz necessária a presença do poder público nessa atividade.

Então gostaríamos, em nome da Comissão da Agricultura desta Casa, da Assembléia Legislativa, estender o convite a todos os Deputados que queiram participar na segunda-feira, às 09h00 da manhã, e temos um cartaz também para aqueles que queiram levar e distribuir, mobilizar as regiões produtoras de fumo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)

Liderança do Governo, Liderança da Oposição.  
(Declinam)

### ***Ordem do Dia:***

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se a Ordem do Dia, com a presença de número legal.

### ***Leitura do Expediente***

Sobre a mesa, Indicação nº 166/07, de autoria do Sr. Deputado Edson Strapasson, constante do expediente,

solicitando ao Sr. Superintendente da APPA, a dragagem ao porto de Antonina. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 167/07, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente, solicitando ao Sr. Secretário Estadual dos Transportes, que seja nominada a rodovia estadual localizada no município de Reserva do Iguaçu, que liga a Vila da COPEL à sua sede como Rodovia Sinval Martins Araújo. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 168/07, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, obras de continuidade da chamada Estrada Boiadeira, para interligar o distrito de Porto Camargo ao município de Cruzeiro do Oeste. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Indicação nº 169/07, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente, solicitando aos Srs. Presidentes da COHAPAR e da SANEPAR, a implantação de poço artesiano para atender moradores da Vila Rural Primavera, no município de Icaraíma. **À Diretoria Legislativa, para anotar.**

Projeto de lei, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

### ***Discussão/Votação***

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

### ***Redação Final***

#### **ITEM 01**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 241/07, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, que dispõe sobre autenticação de Assinatura em Recibo de Venda de Veículo. **Aprovado. (Publ. no DA nº 025/07, de 10/04/07, em Projetos de Lei)**

#### **ITEM 02**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 249/07, de autoria do Deputado Carlos Simões, que dispõe sobre promoções e realizações de eventos de grande porte. **Aprovado. (Publ. no DA nº 027/07, de 11/04/07, em Projetos de Lei)**

#### **ITEM 03**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 290/07, de autoria do Deputado Marcelo Rangel, que estabelece que seja executado o Hino Nacional e do Estado do Paraná em todos os jogos esportivos federados no estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 034/07, de 24/04/07, em Projetos de Lei)**

### 3ª Discussão

#### ITEM 04

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 068/07, de autoria dos Deputados Tadeu Veneri e Alexandre Curi, que modifica o inciso II do artigo 6º da Lei Estadual nº 8246, de 13 de janeiro de 1986. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CSP. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ APRECIAR NESTE TURNO SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. APROVADO EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovado.**

### 2ª Discussão

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 383/07, de autoria do Deputado Plauto Miró, que concede o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná, ao Sr. José Carlos Pisani. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 404/07, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que autoriza o poder executivo a fazer cessão de uso de imóvel que especifica ao município de Nova Esperança. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E COPTC. **Aprovado, artigo por artigo.**

### 1ª Discussão

#### ITEM 07

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 059/07, de autoria do Deputado Mauro Moraes, que torna obrigatória a exibição de informações turísticas nas telas dos cinemas do estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CICT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 004/07, de 01/03/07, em Projetos de Lei).**

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 059/07

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto ora em análise busca tornar obrigatória a exibição de informações turísticas nas telas dos cinemas do estado do Paraná, por meio de eventuais convênios firmados pela Secretaria Estadual de Turismo, juntamente com os municípios considerados turísticos.

##### Fundamentação

*Art. 25. Os estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.*

*§ 1º São reservadas aos estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.*

Desta forma, com base na Constituição Federal, a qual confere aos estados-membros a capacidade de auto-organização, sendo-lhes impostos, é claro, a obrigato-

riedade ao cumprimento de vários princípios, entre os quais temos os pertinentes ao poder Legislativo.

Tendo em vista o exposto, nosso parecer é pela aprovação do projeto de lei que ora se analisa, face ao apresentado.

Sala das Comissões, em 13.03.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
NEY LEPREVOST - Relator

#### COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 059/07

#### P A R E C E R :

Com espeque no artigo 33, parágrafo 6º do Regimento Interno desta Casa de Leis, dá-se o parecer que segue.

O projeto de lei tem como escopo levar às telas de cinema do Paraná informações turísticas através de filmes, ainda a serem produzidos.

Pois bem, em relação ao tema que ora se analisa, vê-se que a propositura impactará no setor comercial, do ramo de cinemas, por trazer inovação no que diz respeito a rodagem desta mensagem antes dos filmes. No entanto, levar este tipo de informação aos telespectadores é tornar vivo o interesse pela cultura, pela história e pela natureza. Outrossim, não existirá prejuízos para o setor de cinemas, no que atine ao aspecto financeiro, tampouco de frequência de público, apenas está a se abrir possibilidade para que as pessoas que frequentam as salas de cinema tenham maior conhecimento e até mesmo interesse pela causa turística de nosso estado.

Do mesmo modo, quando se desenvolve o turismo, desenvolve-se também o comércio, que se fortalece, que ganha vigor em nosso estado. Assim sendo, seja pelo aspecto de relevância social, seja pelo aspecto de crescimento provável do comércio, ao ser estimulada a frequência daqueles que frequentam salas de cinema, nada há que possa prejudicar o setor comercial ou industrial, pelo contrário, só haverá incremento no desenvolvimento paranaense.

Dessume-se, portanto, que o projeto tende a estimular o interesse pelo turismo, levando os frequentadores dos cinemas de nosso estado a ter a prática de percorrer tais locais, aviltando o comércio, de modo indireto.

Pelo exposto, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 13.06.07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

#### ITEM 08

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 083/07, de autoria do Deputado Ademar Traiano, que dispõe sobre a concessão de tratamento tributário diferenciado para os estabelecimentos industriais dos setores. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CICT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 008/07, de 07/03/07, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 083/07

P A R E C E R :

O projeto ora em análise tem por objetivo oferecer tratamento diferenciado a setor da economia paranaense, através de redução de alíquotas de ICMS.

**Legitimidade e Legalidade**

Sobre o tema, há que ser consultada a Constituição Federal, que em seu artigo 24 dispõe da seguinte forma:

*Art. 24. Compete à união, aos estados e ao distrito federal legislar concorrentemente sobre:*

*I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;*

Com base neste artigo, necessária se faz a leitura do artigo 53 da Constituição do Estado do Paraná, que aduz:

*Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do estado, especificamente:*

*XVII - matéria da legislação concorrente da Constituição Federal;*

No entanto, denota-se que, em verdade, o projeto busca reduzir alíquota de ICMS para um setor econômico definido. Pois bem, partindo-se do princípio da legalidade, inserto no campo do direito tributário, que é o foco principal da análise, afirma-se que apenas por lei, de quem detém a competência tributária, pode ser reduzida alíquota ou concedida isenção.

Ocorre que, especificamente no ICMS a regra não se perfaz simplesmente assim. Atente-se para a Lei Federal n° 024/75, que exige a celebração de convênio pelo CONFAZ para que, somente depois disto, o ente federado vir a isentar ou diminuir alíquotas. Leia-se o artigo 1° da citada lei.

*Art. 1° As isenções do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de convênios celebrados e ratificados pelos estados e pelo distrito federal, segundo esta lei.*

*Parágrafo Único. O disposto neste artigo também se aplica:*

*IV - à quaisquer outros incentivos ou favores fiscais ou financeiro-fiscais, concedidos com base no Imposto de Circulação de Mercadorias, dos quais resulte redução ou eliminação, direta ou indireta, do respectivo ônus; (grifos nossos)*

Ocorre que não se demonstrou ou tampouco fez-se referência na propositura legislativa sob discussão, da existência de qualquer convênio firmado via CONFAZ.

Na mesma esteira, há que ser visitada a Lei de Responsabilidade Fiscal. Em seu artigo 14, assevera:

*Art. 14. A concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, deverá estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva iniciar sua vigência e nos 2 seguintes, atender ao*

*disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias e a pelo menos uma das seguintes condições:*

*I - demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita da lei orçamentária, na forma do artigo 12, e de que não afetará as metas de resultados fiscais previstas no anexo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias;*

*II - estar acompanhada de medidas de compensação, no período mencionado no caput, por meio do aumento de receita, proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.*

§ 1° A renúncia compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado. (grifos nossos)

Em sendo assim, denota-se que o presente projeto de lei não atendeu a todos os requisitos legais. No entanto, deve ser ressaltado o objetivo deste projeto, que visa trazer benefício a um setor essencial e gerador de inúmeros empregos no estado do Paraná, qual seja, o setor têxtil. Não pode o estado descuidar dos setores mais relevantes para o seu desenvolvimento, como no caso do projeto ora em discussão. Portanto, em sendo feitos os ajustes necessários, ressalte-se que esta propositura tende a ser mais um meio apto para o desenvolvimento regional.

Quanto à técnica legislativa, Lei Complementar n° 095/98, apresentou-se em perfeita sintonia.

**Conclusão**

Portanto, devido a importância da matéria do projeto, em nosso parecer, sugere-se a baixa em diligência para a Secretaria de Estado da Fazenda, para que informe sobre a existência de convênio CONFAZ sobre o tema, bem como a remessa para a Secretaria de Estado de Finanças, para que esta possa elaborar estudo acerca do impacto econômico-financeiro do presente projeto.

Sala das Comissões, em 20.03.07.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 083/07

P A R E C E R :

**Preâmbulo**

O projeto de lei sob análise pretende criar tratamento tributário diferenciado para estabelecimentos do setor têxtil do Paraná. Para alcançar este objetivo, fixa-se alíquota de 2% sobre o faturamento.

**Legitimidade e Constitucionalidade**

O projeto que se analisa dispõe exclusivamente sobre o direito tributário. Com base nisto, vê-se pelo artigo 53 da Constituição Estadual, que esta Casa de Leis pode dispor sobre direito tributário.

Vencida esta premissa que trata da competência, tem-se que verificar as legislações esparças que tratam do



tema. Pois bem, é sabido que existe lei no estado do Paraná chamada de Lei Anibal Khury, que dispõe acerca do equilíbrio tributário do Paraná com os demais estados da federação. Garantir uma isonomia tributária, para propiciar uma disputa linear e saída entre os entes federados, é um dos pressupostos do sistema tributário pátrio. Ver exsurgir desigualdades pela publicação de leis de outros estados é ver o Paraná perder, claramente, oportunidade de crescimento e desenvolvimento. Para coibir tal desigualdade é que veio à lume a Lei Anibal Khury, para colocar o Paraná em estado de igualdade com os demais estados.

Bem se sabe ainda, que nesta área do projeto, o estado do Rio de Janeiro publicou lei reduzindo alíquota nestas operações. Ora, claro que as empresas buscam melhores condições, tanto de pessoal, como na seara tributária. Por isso, deve ser efetivada a aplicação da Lei Anibal Khury em nosso estado, para que aqui também se verifique uma situação tributária que possa colocar o nosso estado no mesmo patamar dos demais. Negar isto é anuir com o afastamento do estado do Paraná do caminho do desenvolvimento pleno.

Ainda no mesmo no sentido, está sendo reduzida a alíquota por lei, requisito máximo no campo do direito tributário, face o respeito ao princípio da legalidade, constante inclusive na Constituição Federal.

No que tange a Lei Complementar nº 095/98 não existe mácula no projeto que impossibilite seu prosseguimento.

#### **Conclusão**

Em sendo assim, em sede de parecer, somos pela aprovação do presente projeto, pelo respeito aos requisitos legais e constitucionais.

Sala das Comissões, em 15.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

#### **COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 083/07**

#### **P A R E C E R :**

De acordo com o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, dá-se o parecer que segue.

O presente projeto de lei pretende alterar a legislação tributária no Paraná, especificamente no que tange ao ICMS.

Calha dizer que este projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, por respeitar os aspectos legais e constitucionais atinentes ao tema.

O projeto ora em tela busca, em verdade, deixar o estado do Paraná em posição ao menos de igualdade com os demais entes da federação brasileira, pois a competitividade das empresas está vinculada ao sistema tributário que se vivifica. Portanto, imperioso que nosso estado possa trazer condições para que as empresas aqui instala-

das possam competir em nível isonômico frente às demais.

Ademais, forçoso ressaltar que este mecanismo do projeto tende a aumentar a arrecadação do estado. Trata-se de método de arrecadação de que consubstancia na idéia de que, quanto menor for a tributação, menor será a informalidade, trazendo um maior número de empresas para o mercado formal, que pagarão assim tributos, resultando num incremento de arrecadação tributária, favorecendo plenamente o estado.

Com sede nesta linha de aceção, parece-nos que o projeto trará, por fim, uma maior arrecadação, possibilitando desta forma um maior investimento em diversas áreas do Paraná.

Face ao exposto e respeitando os princípios constitucionais é que o parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 23.05.07.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

#### **COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 083/07**

#### **P A R E C E R :**

De acordo com o disposto no artigo 33, parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, dá-se o seguinte parecer.

O projeto ora sob estudo pretende ofertar tratamento tributário diferenciado para as empresas do setor têxtil do estado do Paraná, em referência ao ICMS, através do recolhimento com alíquota de 2% a ser recolhida sobre o faturamento verificado.

Vale dizer que este projeto já foi aprovado na Comissão de Finanças e na de Constituição e Justiça, mostrando assim respeito aos ditames exigidos para tanto.

Em referência a esta Comissão, cabe dizer que o presente projeto trará uma maior competitividade à indústria têxtil, posto que a colocará em situação de igualdade em relação às demais empresas de outros estados. Assim, vê-se que aprovar esta proposição é prestigiar a indústria paranaense, através de incentivo tributário a ser dispensado. Cabe dizer que a tributação pode representar um diferencial para qualquer empresa, e esta adesão ao tratamento diferenciado pode significar uma guinada para as empresas do setor em nosso estado.

Pelo exposto, nada mais pertinente e favorável para as empresas do Paraná que aprovar este projeto de lei, dando situação favorecida a tão importante setor de nossa economia.

Em sendo assim, nosso parecer é pela aprovação do presente projeto.

Sala das Comissões, em 13.06.07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

## ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 207/07, de autoria do Deputado Osmar Bertoldi, que dispõe sobre a instituição dos atrativos e das áreas estaduais de interesse turístico e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CICT. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 021/07, de 03/04/07, em Projetos de Lei).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 207/07

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto de lei sob análise busca abrir a possibilidade de declaração e criação de áreas de interesse turístico no estado do Paraná.

##### Legitimidade e Constitucionalidade

Como início, cabe perquirir acerca da legitimidade para iniciar o processo legislativo neste caso. Para tal desiderato, forçosa a consulta ao artigo 24 da Constituição Federal, que assevera que é competência concorrente legislar sobre proteção do meio ambiente, conservação da natureza, proteção ao patrimônio turístico e paisagístico. Pois bem, partindo desta premissa vê-se, pela consulta à Constituição Estadual que os casos de competência concorrente caberá a legislação à Assembléia Legislativa. Estes são os casos que se abarcam no projeto de lei. Pois bem, de plano pode ver verificada a competência.

Ocorre que estabelecer como regra, após a declaração de interesse turístico, a preservação dos locais assim definidos mostra-se como indicado, como requisito para a preservação e para o desenvolvimento do estado como um todo.

Na mesma esteira, há que se ressaltar o artigo 225 da Constituição Federal, que garante a todos um meio ambiente equilibrado e saudável. Mesmo que de modo indireto, este projeto está criando esta possibilidade, posto que serão tratados com maior atenção os terrenos que forem considerados de interesse turístico.

Ademais, necessário asseverar que o projeto de lei autoriza a declaração de interesse turístico. Não está a se obrigar absolutamente nada, apenas existe caráter autorizatório.

O único empecilho deste projeto de lei está no artigo 10, que obriga o Poder Executivo a regulamentar o projeto no prazo de 180 dias. Esta situação há de ser afastada, pelo princípio da independência e harmonia dos Poderes, conforme artigo 2º da Constituição Federal. Para corrigir tal defeito é que se apresenta a emenda modificativa que segue como anexo.

Afora estes pontos, não existirá aumento de despesa, tampouco renúncia de receita, não sendo violada em momento algum a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Sobre a LC nº 095/98, não existem óbices ao prosseguimento da mesma, pela conformação do projeto de lei.

## Conclusão

Em sendo assim, em sede de parecer, somos pela aprovação do presente projeto, com a adoção da emenda modificativa que segue como anexo.

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 207/07

Art. 1º Fica modificada a redação do artigo 10 do Projeto de Lei nº 207/07, que passa a ter a seguinte redação:

“Art. 10 Fica a cargo do poder Executivo a regulamentação da presente lei.”

Sala das Comissões, em 29.05.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

Apoio: Duílio Genari

### COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO PROJETO DE LEI Nº 207/07

#### P A R E C E R :

De acordo com o disposto no artigo 33, parágrafo 6º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, dá-se o seguinte parecer.

Este projeto, que visa a instituição de atrativos e áreas estaduais de interesse turístico em nosso estado, já recebeu parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça, mostrando assim consonância com os requisitos legais e constitucionais.

Pois bem, vê-se pelo texto da propositura que o objetivo desta é trazer incentivos e fortalecer o interesse turístico no Paraná, de variadas formas, como por exemplo preservação da situação natural e originária destas áreas que virão a fortalecer o turismo em nosso estado. O estabelecimento de políticas públicas voltadas para a área turística mostra-se condizente com uma evolução sustentável do estado.

Pela simples leitura do texto do projeto pode se inferir que a iniciativa mostra-se cautelosa aos interesses do Paraná, pois fomentar o turismo trará maior comodidade e acessibilidade aos potenciais turistas que venham a frequentar tais áreas estaduais. Por meio reflexo pode se perceber que o comércio tenderá a ser avigorado, posto que, afora dúvidas junto com estas áreas de interesses turísticos serão propiciados novos pontos de comércio, bem como novos empregos, devido ao turismo a ser verificado nas áreas. Assim, de plano é de se aceitar que a aprovação desta propositura representará avanço ao estado, incentivando o setor comercial, o que gerará maiores oportunidades a todos os paranaenses.

Assim sendo, pela relevante intenção, bem como pelos benefícios trazidos para o comércio no Paraná, nosso parecer é pela aprovação do projeto ora sob escólio.

Sala das Comissões, em 13.06.07.

(aa) EDGAR BUENO - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

## ITEM 10

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 406/07, de autoria do Poder Executivo - mensagem nº 018/07, dispõe sobre a aplicação do Regime Especial Unificado de Arrecadações de Tributos e Contribuições devidos pelas microempresas e empresas de pequeno porte - Simples Nacional. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DA CCJ. EM REGIME DE URGÊNCIA. **Aprovado. (Publ. no DA nº 060/07, de 05/06/07, em Mensagens).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 406/07

#### P A R E C E R :

##### Preâmbulo

O projeto de lei que ora se estuda visa a estabelecer normas para as micro e pequenas empresas do estado do Paraná em referência ao aspecto tributário, bem como arrecadação e parcelamento.

##### Legitimidade

Como aspecto vestibular cabe a verificação da legitimidade para iniciar o processo legislativo no caso sob escólio. Para tanto, consulte-se diretamente a Constituição do Estado do Paraná, que em seu artigo 65 traz ditame geral para a proposituras legislativas:

*Art. 65. A iniciativa das leis complementares e ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembléia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Presidente do Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma e nos casos previstos nesta Constituição.*

Em sendo assim, a competência está em consonância com os requisitos legais.

##### Constitucionalidade e Legalidade

Iniciando esta parte da análise mister ser ressaltado que o presente projeto está trazendo regramento para o nosso estado, face à Lei Complementar nº 123/06, que institui o novo regime do Simples Nacional. A partir disto, deve ser lembrado que cabe à lei complementar trazer diretrizes gerais, ensejando porquanto a oportunidade de lei estadual detalhar a aplicação desta lei, claro, sem ferir o conteúdo substancial ou material inserto na lei geral.

As micro e pequenas empresas, conforme dispõe o texto de nossa Carta Magna poderão ter situação diferenciada no que atine aos tributos. Senão vejamos o artigo 146, da Constituição Federal:

*Art. 146. Cabe à lei complementar:*

*III- estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária, especialmente sobre:*

*d) definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte, inclusive regimes especiais ou simplificados no caso do imposto previsto no artigo 155, II, das contribuições previstas no artigo 195, I e parágrafos 12 e 13, e da contribuição a que se refere o artigo 239.*

*Parágrafo Único. A lei complementar de que trata o inciso III, d, também poderá instituir um regime único de arrecadação dos impostos e contribuições da união, dos estados, do distrito federal e dos municípios, observado que:*

*I - será opcional para o contribuinte;*

*II - poderão ser estabelecidas condições de enquadramento diferenciadas por estado;*

*III - o recolhimento será unificado e centralizado e a distribuição da parcela de recursos pertencentes aos respectivos entes federados será imediata, vedada qualquer retenção ou condicionamento;*

*IV - a arrecadação, a fiscalização e a cobrança poderão ser compartilhadas pelos entes federados, adotado cadastro nacional único de contribuintes.*

Percebe-se, pelo exposto, que a LC nº 123/06 deu vida à norma constitucional e este projeto de lei regulamenta de modo detalhado esta aceção.

O artigo 2º traz idéia de que quem fature até R\$ 360 mil anuais ficará isento do recolhimento do ICMS. Pois bem, esta regra assegura o que já vigora nos dias atuais no Paraná, em referência à faixa de isenção, assegurando assim uma situação já estabelecida.

Prosseguindo na análise, necessário esclarecer, no tocante à tributação, especificamente na aplicação das alíquotas como era o sistema antes desta lei e como ficará após a nova lei, posto no artigo 3º da propositura. Assim:

##### Como era antes:

- Quem auferisse renda mensal de até R\$ 30 mil, totalizando R\$ 360 mil no ano calendário estava isenta de recolhimento de ICMS.

- A parcela mensal que ultrapassasse o valor de R\$ 30 mil e fosse até o limite de R\$ 66 mil deveria recolher ICMS pela alíquota de 2% sobre a diferença apurada.

- A parcela mensal que excedesse o valor de R\$ 66 mil até o limite de R\$ 166 mil, recolheria ICMS com base na diferença entre os 2 valores, com alíquota de 3%.

- A parcela acima do teto de R\$ 166 mil era tributada com base na diferença desta para aquele valor com base na alíquota de 4%.

##### Como fica com a nova lei:

- Empresas que faturam até R\$ 360.000,00, ou seja, mensal até R\$ 30.000,00 continua isenta do recolhimento de ICMS.

- As empresas que faturem de R\$ 360.000,01 até R\$ 480.000,00 anual deverá recolher o imposto com base na alíquota de 0,67%.

- As empresas que faturem de R\$ 480.000,01 até R\$ 600.000,00 recolherão com base na alíquota de 1,07%.

- As empresas que faturem de R\$ 600.000,01 até R\$ 720.000,00 deverão recolher pela alíquota de 1,33%.

- As empresas que faturem de R\$ 720.000,01 até R\$ 840.000,00 utilizarão a alíquota de 1,52%.

- As empresas que faturem de R\$ 840.000,01 até o limite de R\$ 960.000,00 recolherão com alíquota de 1,83%.

- As empresas que faturem de R\$ 960.000,01 até o limite de R\$ 1.080.000,00 recolherão com alíquota de 2,07%.

- As empresas que faturem de R\$ 1.080.000,01 até o limite de R\$ 1.200.000,00 recolherão com alíquota de 2,27%.

- As empresas que faturem de R\$ 1.200.000,01 até o limite de R\$ 1.320.000,00 recolherão com alíquota de 2,42%.

- As empresas que faturem de R\$ 1.320.000,01 até o limite de R\$ 1.440.000,00 recolherão com alíquota de 2,56%.

- As empresas que faturem de R\$ 1.440.000,01 até o limite de R\$ 1.560.000,00 recolherão com alíquota de 2,67%.

- As empresas que faturem de R\$ 1.560.000,01 até o limite de R\$ 1.680.000,00 recolherão com alíquota de 2,76%.

- As empresas que faturem de R\$ 1.680.000,01 até o limite de R\$ 1.800.000,00 recolherão com alíquota de 2,84%.

- As empresas que faturem de R\$ 1.800.000,01 até o limite de R\$ 1.920.000,00 recolherão com alíquota de 2,92%.

- As empresas que faturem de R\$ 1.920.000,01 até o limite de R\$ 2.040.000,00 recolherão com alíquota de 3,06%.

- As empresas que faturem de R\$ 2.040.000,01 até o limite de R\$ 2.160.000,00 recolherão com alíquota de 3,19%.

- As empresas que faturem de R\$ 2.160.000,01 até o limite de R\$ 2.280.000,00 recolherão com alíquota de 3,30%.

- As empresas que faturem de R\$ 2.280.000,01 até o limite de R\$ 2.400.000,00 recolherão com alíquota de 3,40%.

Vale dizer que antes se aplicavam as alíquotas de modo progressivo, elevando-se de acordo com o faturamento e descontando-se as diferenças. Com o novo sistema deverá ser adotada a aplicação imediata da alíquota sobre o valor do faturamento, eliminando assim as escalas de aplicação antes utilizadas. Imperioso neste passo é dizer que as novas alíquotas aplicadas tenderão para a neutralidade, pois na sistemática anterior deveria se fazer uma média aritmética para se alcançar o percentual da alíquota que de fato incidiu sobre a situação. O novo

modelo mantém esta paridade, mas pela aplicação direta ao faturamento de alíquota.

No artigo 4º denota-se a idéia de que na impossibilidade de aplicação dos percentuais estabelecidos na nova lei, deverão ser utilizados os valores constantes na Lei Complementar nº 123/06. Indo além, em face do contido neste artigo do presente projeto de lei, não há garantias de que o tratamento tributário vantajoso que hoje a legislação paranaense contempla, será mantido, pois da dicção do referido artigo fica claro que, se o comitê gestor se opuser de alguma forma quanto à regra aqui prevista, vigorará a regra originária da Lei Complementar nº 123/06, tendendo a elevar a carga tributária para as empresas paranaenses.

O artigo 5º, por sua vez, está a reproduzir texto claro da Lei Complementar nº 123/06, em seu artigo 13, nada havendo a ser disposto de modo mais específico.

Pelo artigo 6º é criado um novo sistema de parcelamento referente ao ICMS, ofertando a possibilidade de parcelamento em até 120 vezes, em parcelas não inferiores a R\$ 100. Uma vez mais o texto da Lei Complementar nº 123/06, artigo 79, é transcrita ao projeto de lei que ora se analisa. Neste particular, cabe dizer que cada estado, detentor da capacidade tributária, usa dos meios que entenda como mais indicados para a arrecadação do tributo. Assim é que se aceita o disposto neste artigo. No entanto, sugere-se que o prazo seja alargado, substituindo o dia 30 de abril para o dia 30 de maio de 2007. Esta providência dá mais estímulo para as empresas paranaenses quitarem seus débitos junto à Fazenda Estadual. Este objetivo é sugerida por meio de emenda modificada que segue como anexo.

Cabe agora estudar o artigo 9º. Este, por seu turno, diz que a opção pelo Regime do Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - Simples Nacional, implica renúncia a créditos ou saldo credor de ICMS que o contribuinte mantenha em conta gráfica. Ora, este artigo fere frontalmente um princípio constitucional, qual seja o da não-cumulatividade, disposto no artigo 155, parágrafo 2º da Constituição Federal, do seguinte modo:

*Art. 155. ...*

*§ 2º O imposto (ICMS) previsto no inciso II atenderá ao seguinte: (destaque nosso)*

*I - será não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro estado ou pelo distrito federal;*

A partir do momento em que se impede a utilização de créditos acumulados, veda-se a eficácia da não-cumulatividade, pois o cotejo crédito-débito fica impossibilitado. Ademais, o que se percebe é que a lei estadual está vindo a vedar direito constitucional pleno. O Supremo Tribunal Federal já se posicionou sobre casos como estes, decidindo que não pode, de fato, lei estadual vedar tal direito. Veja-se algumas decisões colacionadas:

AI-AgR-ED 389871/RS - Rio Grande do Sul  
EMB. DECL. NO AG. REG. NO AGRAVO DE INSTRUMENTO

Relator: Min. CARLOS VELLOSO

Julgamento: 01/02/05 Órgão Julgador: 2ª Turma

Publicação

DJ 04-03-2005 PP-00035 EMENT VOL-02182-05  
PP-00804

RTJ VOL-00195-02 PP-00682

Parte(s)

EMBT.E.(S): Distribuidora de Alimentos Vitória Ltda.

ADVDO.(A/S): Aldir Guimarães Passarinho e outros

EMBDO.(A/S): Estado do Rio Grande do Sul

ADVDO.(A/S): PGE-RS - Karina da Silva Brum

Ementa

EMENTA: CONSTITUCIONAL. TRIBUTÁRIO. ICMS. LEI ESTADUAL: REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO: BENEFÍCIO FISCAL. CRÉDITO: PRINCÍPIO DA NÃO-CUMULATIVIDADE. C.F., artigo 155, parágrafo 2º, II - Vedação do crédito pela lei estadual: impossibilidade. Precedentes do STF. II. - Embargos de declaração acolhidos.

Decisão

A Turma, por votação unânime, acolheu os embargos de declaração e, em consequência, conheceu, em parte, do recurso extraordinário para, nessa parte, dar-lhe provimento, nos termos e na extensão indicados no voto do Relator. 2ª Turma, 01/02/05.

No mesmo sentido:

RE-AgR 240395/RS - Rio Grande do Sul  
AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Relator: Min. MAURÍCIO CORRÊA

Julgamento: 28/05/02 Órgão Julgador: 2ª Turma

Publicação

DJ 02-08-2002 PP-00101 EMENT VOL-02076-06  
PP-01173

Parte(s)

AGTE.: Estado do Rio Grande do Sul

ADVDA.: PGE-RS - Yassodara Camozzato

AGDO.: Granéis Transportes Ltda.

ADVDO.: Isabel Cristina de Vasconcellos e outros.

EMENTA: AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. TRIBUTÁRIO. LEI ESTADUAL. REDUÇÃO DA BASE DE CÁLCULO. BENEFÍCIO FISCAL. CRÉDITO. VEDAÇÃO. PRINCÍPIO DA NÃO-CUMULATIVIDADE. OBSERVÂNCIA. Lei estadual. Benefício fiscal outorgado ao contribuinte. Crédito decorrente da redução da base de cálculo do tributo.

Vedação. Impossibilidade. A Constituição Federal somente não admite o lançamento do crédito nas hipóteses de isenção ou não-incidência. Precedente do Tribunal Pleno. Agravo regimental não provido.

Portanto, merece ser esta disposição retirada do projeto de lei, para evitar que seja viciada pela mácula de inconstitucionalidade.

No que diz respeito a Lei de Responsabilidade Fiscal, verifica-se que não existe impacto econômico-financeiro, ou qualquer renúncia de receita, posto que a regra atual tende a obter manutenção.

Aperfeiçoando a análise de acordo com a Lei Complementar nº 095/98, que dispõe sobre a técnica legislativa, também inexistem óbices para a aprovação do presente projeto, pelo fato de que foram seguidas as regras de elaboração legislativa.

#### Conclusão

Em sendo assim, em sede de parecer, pela consonância com os ditames legais e constitucionais, somos pela aprovação do presente projeto de lei, com adoção das emendas modificativa e supressiva que seguem como anexo.

Sala das Comissões, em 12.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 406/07

##### Emenda Modificativa

Com base no artigo 137, parágrafo 4º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda modificativa, modificando o artigo 6º do projeto, que passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 6º Será concedido, para ingresso no regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/06, parcelamento, em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, nos débitos do ICMS correspondentes a fatos geradores ocorridos até 30 de maio de 2007, na forma a ser regulamentada pela Poder Executivo”.

##### Emenda Supressiva

Com base no artigo 137, parágrafo 1º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, faz-se necessária a apresentação da presente emenda supressiva suprimindo do texto da lei o artigo 9º, por afrontar o princípio constitucional da não-cumulatividade.

Sala das Comissões, 12.06.07.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

#### COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 406/07

#### P A R E C E R :

O projeto que ora se analisa dispõe sobre a adequação em nosso estado da Lei Complementar nº 123/06, especificamente no que atine ao ICMS.

Calha dizer que o projeto já foi aprovado na Comissão de Constituição e Justiça, comprovando assim sua conformação aos ditames legais e constitucionais.

Esta Comissão de Finanças tem por escopo analisar as proposições em seu viés financeiro, qual seja, analisando o real impacto às finanças de nosso estado a ser trazido pela transformação do projeto em lei cogente.

Sendo assim, parte-se da premissa de que, como já analisado no parecer da CCJ, a iniciativa tende a manter os benefícios tributários atuais para as micros e pequenas empresas. Nada há, portanto, que se ponderar sobre mudanças no montante a ser arrecadado, ligado este diretamente ao aspecto financeiro da situação.

Prosseguindo, cabe discutir de modo pormenorizado se a faixa isentiva trazida pelo projeto trará alguma consequência desabonadora. A resposta que exsurge deve ser a negativa, pelo fato de que a faixa de isenção continuará exatamente a mesma, em nada prejudicando as finanças deste estado.

Nada obstante estas considerações expostas, merece destaque o artigo 4º da mensagem encaminhada à esta Casa de Leis. Neste caso, pode-se aperceber que em caso de não aprovação pelo Comitê Gestor de Tributação das Micros e Empresas de Pequeno Porte, poderá prevalecer o disposto nos anexos da Lei Complementar nº 123/06, que determinam, por sua vez, faixa de tributação elevada em relação a esta ser adotada em nosso estado. Imperioso ser reforçado que inexistem garantias de que este projeto, quando transformando em lei, será de fato aplicado, posto a discricionariedade de sua aceitação pelo comitê gestor.

Acerca da possibilidade de parcelamento, há que se aclarar que o montante será arrecadado, mas de modo parcelado, não em apenas um pagamento. Assim, vislumbra-se que está a se dar uma nova possibilidade para os contribuintes de nosso estado, fator que merece apoio.

Assim, por todo o exposto, percebe-se que não existe impacto econômico-financeiro que possa desrespeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/00), bem como demais disposições que resguardam as finanças do estado do Paraná. Em face destas acepções, somos pela aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 18.06.07.

(aa) EDSON STRAPASON - Presidente  
RENI PEREIRA - Relator

## **Requerimentos**

### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Sobre a mesa, Requerimento nº 1748, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1738, de autoria do Sr. Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB) (Pela Ordem)**

Sr. Presidente, eu sei que V. Exa. está com um pouco de pressa e eu também, mas eu gostaria que o senhor atentasse para um requerimento do Líder do Governo sobre o Projeto de Lei nº 019/07, que é o projeto de lei que trata das licitações. O Líder do Governo está pedindo regime de urgência, o qual nós não concordamos com o regime de urgência.

### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Mas, nós não chegamos nele ainda.

### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Não, mas eu estou pedindo a atenção de V. Exa. porque como está sendo lido rápido, eu não quero que passe batido. Agradeço a atenção de V. Exa.

### **O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Requerimento nº 1739, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1740, de autoria do Sr. Deputado Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 1741 e 1742, de autoria do Sr. Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1746, de autoria da Sra. Deputada Cida Borghetti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1747, de autoria do Sr. Deputado Fábio Camargo, constante do expediente. **À Diretoria Legislativa, para providências.**

Requerimento nº 1750, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1752, de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1753, de autoria do Sr. Deputado Ney Leprevost, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1754, de autoria do Sr. Deputado Marcelo Rangel, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1744, de autoria do Sr. Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1749, de autoria do Sr. Deputado Luiz Claudio Romanelli, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

### **O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Eu quero discutir. Estou aguardando um posicionamento do Líder do Governo.

**O SR. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PDMB)**

Sr. Presidente, o Deputado Valdir Rossoni levanta um questionamento que esta lei foi votada no período legislativo anterior e por conta, justamente, de ter havido um pedido de regime de urgência, ela foi objeto de um equívoco na publicação, enfim, e que terminou pelo Governo ter reenviado esta mensagem agora com a correção do texto.

O Líder da Oposição sustenta que não é possível, em função de eventual aprovação do regime de urgência, a que se possa fazer uma avaliação tranqüila, objetiva desse projeto de lei que foi enviado, até para que se possa, efetivamente, ser analisado com a profundidade que ele merece.

Então, eu queria estabelecer exatamente isto.

Retiro o regime de urgência em função de que possamos ter aqui no processo legislativo uma relação republicana e fundamentalmente respeitosa para que nós possamos, efetivamente, votar esta lei até o final desta Sessão Legislativa, deste 1º semestre da Sessão Legislativa.

Se o Deputado Valdir Rossoni concordar, retiro o pedido de regime de urgência.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Quero ajudar a discussão de V. Exas.

Quero concordar com o Deputado Valdir Rossoni de que o regime de urgência para uma lei como esta, realmente poderia criar algumas más interpretações, o que não há razão nenhuma para isto e esta presidência faz questão de garantir isto. Mas concordo, perfeitamente, que este projeto seja discutido exaustivamente. Não há razão nenhuma, até porque a Assembléia, a presidência da Assembléia, juntamente com a Comissão de Redação, fez com que fossem dirimidos alguns erros cometidos pela própria Casa Civil.

Portanto, nada que possa criar algum óbice para que seja sanado este problema.

A presidência assume este compromisso, de votar esse projeto ainda neste 1º semestre e não vê razão alguma para que ele não seja votado.

Por esta razão, fica retirado o requerimento do Deputado Romanelli, fica retirado o requerimento em regime de urgência e nós votaremos este projeto com a máxima urgência ainda neste 1º semestre, sem qualquer dificuldade. Não vejo razão para que isto não ocorra.

**O SR. VALDIR ROSSONI (PSDB)**

Quero fazer um encaminhamento, até para justificar a minha atitude, porque eu fui mal compreendido pelo Líder do Governo.

Eu, até pela urgência e pelo horário que temos viagem, Sr. Presidente, necessito justificar: eu pedi ao Líder do Governo que retirasse o requerimento de regime de urgência para que não incorrêssemos no mesmo erro, porque parece que estou vivendo aqui o

final do ano passado. O que aconteceu, Deputado Nelson Justus, para efeito público, aprovamos uma lei de licitação na corrida, eu alertei, naquela oportunidade - que ainda não estava este brilhante Parlamentar aqui, Deputado Romanelli - alertei que a pressa era inimiga da perfeição. Foi aprovada uma lei de licitação, ocorreram erros de redação, veio para esta Casa e nós, num entendimento que foi levantado pelo Líder da Oposição, num entendimento democrático, legítimo, leal, eu concordei que a lei fosse revogada e que fosse mandada outra lei para esta Casa. Foi dessa maneira que eu me comportei.

Por esta razão, até pelo efeito da pressa, pedi ao Líder do Governo que retirasse o regime de urgência para que não incorramos no mesmo erro que já aconteceu! Por esta razão, Sr. Presidente, por confiar na sua pessoa, na sua palavra, nas suas atitudes, é que tomei aquela atitude quando observamos que a lei foi publicada duas vezes incorretas e erradas, e por acreditar em V. Exa. é que eu tomei aquela atitude. Por esta razão, pedi o bom senso do Líder do Governo, retirada do regime de urgência. Vamos, sim, apressar, se faz necessário, há necessidade, não queremos obstruir o trabalho do Governo, mas eu não posso, de maneira nenhuma, aceitar que seja em regime de urgência.

Por essa razão cumprimento V. Exa. pelo encaminhamento e cumprimento o Líder do Governo, apesar de ele ter se exaltado com minha pessoa por eu ter feito um pedido pessoal a ele em nome da legitimidade, da legalidade e das assertivas que temos que ter nesta lei.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Nelson Justus)**

Realmente cabe a questão de ordem, cabe o pedido em nome do equilíbrio e do bom senso.

***Encerramento ao Sessão:***

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 20, à hora regimental, com a seguinte

**ORDEM DO DIA:**

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 068/07.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 059, 083 e 207/07.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 015, 319, 346 e 360/07.

Levanta-se a Sessão.






























